

ATA DE REUNIÃO – 12ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, as quatorze horas, reuniram-se na sede do IPREM as conselheiras Dreidy de Fátima Silva Alves, Regina Aparecida Dayrell Vieira, Lorrane Diulia Souza Marques, Gestora de Recursos Franciary Karoline Mendes Dias Lage, a Superintendente Maria de Fátima S. Ferraz com o consultor Rodolfo Malafaia, para análise e discussão da minuta da Política de Investimentos referente ao exercício de 2026. Verificada a existência de quórum, a Superintendente declarou aberta a reunião e passou a palavra ao consultor de investimentos e sócio da LEMA Consultoria, Rodolpho Malafaia, responsável pela assessoria técnica do regime, para apresentação do material elaborado. O consultor iniciou a exposição esclarecendo que a Política de Investimentos constitui o principal instrumento de planejamento e governança da gestão dos recursos previdenciários, tendo como finalidade estabelecer diretrizes, objetivos, limites e critérios para a aplicação dos recursos do IPREM, em estrita observância à Resolução CMN nº 4.963/2021 e à Portaria MTP nº 1.467/2022. Ressaltou que a minuta apresentada foi elaborada com base nas características específicas do regime, no diagnóstico atuarial vigente, no perfil de risco identificado e no cenário econômico esperado para o exercício de 2026.

Durante a apresentação, o consultor detalhou os objetivos da política, destacando a busca permanente pela segurança dos recursos, pela preservação do equilíbrio financeiro e atuarial e pela obtenção de rentabilidade compatível com a meta atuarial estabelecida. Explicou o período de vigência da política, restrito ao exercício de 2026, bem como a possibilidade de revisão do documento caso ocorram alterações relevantes no cenário econômico, nas condições de mercado ou na legislação aplicável aos RPPS.

Na sequência, foram apresentadas as diretrizes relacionadas ao modelo de gestão adotado pelo IPREM, que se baseia na gestão própria dos recursos, com atuação integrada da Diretoria Executiva, do Comitê de Investimentos e dos Conselhos, contando com o suporte técnico da LEMA Consultoria. O consultor destacou as responsabilidades do Comitê de Investimentos na execução da política, no acompanhamento da carteira, na análise de cenários e na recomendação de aplicações e resgates, reforçando a importância do papel colegiado nas decisões.

Em seguida prosseguiu com a análise do cenário econômico nacional e internacional considerado na elaboração da política, abordando expectativas para inflação, taxa de juros, atividade econômica e mercados financeiros, bem como seus possíveis impactos sobre os investimentos do regime. Explicou como esse cenário orientou a definição da estratégia de alocação de ativos, com predominância de investimentos em renda fixa, observando os limites legais, a necessidade de liquidez para pagamento de benefícios e a compatibilidade com os compromissos atuariais.

Foram apresentados ainda os parâmetros de rentabilidade e a meta atuarial projetada para 2026, bem como o enquadramento do IPREM quanto ao perfil de investidor, que orienta a definição das faixas de alocação por segmento. O consultor explicou os critérios para seleção e credenciamento de instituições financeiras, as regras de precificação dos ativos, os procedimentos de monitoramento da carteira e os mecanismos de controle e mitigação dos riscos de mercado, crédito, liquidez, solvência e riscos operacionais.

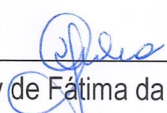
Ao longo da apresentação, os membros do Comitê de Investimentos participaram ativamente, realizando questionamentos, solicitando esclarecimentos adicionais e apresentando considerações sobre pontos específicos da minuta, especialmente quanto à estratégia de alocação, aos limites de exposição e aos procedimentos de acompanhamento dos investimentos. O consultor respondeu aos questionamentos,



prestando os devidos esclarecimentos técnicos e registrando as contribuições dos membros, que serão avaliadas para eventual aperfeiçoamento da versão final da Política de Investimentos.

Também foram abordadas as vedações legais aplicáveis aos investimentos dos RPPS, os procedimentos a serem adotados em caso de desenquadramento, o plano de contingência, a metodologia de provisão de perdas e as regras de transparência e divulgação das informações, conforme exigido pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

Encerrada a apresentação e os debates, os membros do Comitê manifestaram concordância com a estrutura geral e com as diretrizes da minuta apresentada, destacando a importância do documento para o planejamento e a segurança da gestão dos recursos previdenciários. Ficou registrado que a minuta da Política de Investimentos 2026, após os ajustes eventualmente necessários decorrentes das discussões, será encaminhada para apreciação e deliberação do Conselho competente.



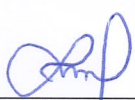
Dreidy de Fátima da Silva Alves
Membro



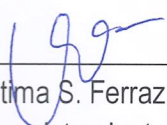
Regina Aparecida Dayrell Vieira
Membro



Lorrane Diulia Souza Marques
Membro



Franciary Karoline M. Dias Lage
Gestora de Recursos



Maria de Fátima S. Ferraz Menezes
Superintendente